



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2022
(Do Sr Júlio César)

Requer que sejam incluídas categorias representativas de auditores fiscais municipais na discussão do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2022.

Senhor Presidente,

Requer, nos termos do inciso III do art. 24, e do art. 255, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que na realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e dispõe sobre critérios para a responsabilidade tributária, sejam ouvidos também os seguintes representantes:

1. Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco);
2. Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); e
3. Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais.

JUSTIFICATIVA

Foram aprovados alguns requerimentos de audiência pública para o PLP 17, de 2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e dispõe sobre critérios





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

para a responsabilidade tributária.

Como se trata de uma matéria altamente relevante e de amplitude nacional, que favorecerá o contribuinte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, seria importante que na discussão da proposta fossem também ouvidos os representantes dos auditores fiscais municipais.

A solicitação para inclusão dos segmentos municipais vai no sentido de contribuir e levar elementos e subsídios técnicos, principalmente sob a óptica municipal, para que o relator consiga a amplitude necessária das realidades dos entes federados em sentido global.

Sala das Comissões, em de de 2022.

Júlio César
Deputado Federal

